# DA MARCHA ÀS LEIS: AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NEGRAS NO BRASIL (2015-2025)

## *FROM THE MARCH TO THE LAWS: ADVANCES AND CHALLENGES OF PUBLIC POLICIES FOR BLACK WOMEN IN BRAZIL (2015–2025)*

Munique do Nascimento[1]
Samuel Brulezi Furlanetto[2]
Thayara Heitich Pedro[3]

## RESUMO

Este artigo analisa a evolução das legislações e políticas públicas brasileiras direcionadas às mulheres negras no período pós-Marcha das Mulheres Negras de 2015, marco histórico na luta antirracista e antissexista. Partindo de uma abordagem interseccional, investiga-se a evolução das legislações e políticas públicas brasileiras voltadas às mulheres negras no período pós-Marcha das Mulheres Negras de 2015, visando mapear as principais legislações e políticas públicas criadas ou modificadas entre 2015 e 2025 que impactam diretamente a vida das mulheres negras no Brasil; avaliar a influência da Marcha de 2015 na proposição e aprovação dessas normativas; identificar os desafios na implementação das leis, a partir de dados socioeconômicos; e discutir a efetividade das políticas à luz do conceito de "Bem Viver". A metodologia combina análise documental (projetos de lei, planos nacionais) com dados quantitativos sobre saúde, violência e participação política. Os resultados preliminares apontam: (1) a ampliação de mecanismos legais de combate à violência e ações sobre a saúde integral da população negra; (2) a discrepância entre a aprovação de leis e sua efetiva implementação, evidenciada pela manutenção de altos índices de violência contra mulheres negras; e (3) o papel da Marcha como catalisadora de pautas no Legislativo. Conclui-se que, embora a década tenha registrado progressos institucionais, estes são insuficientes para garantir o "Bem Viver", demandando maior articulação entre movimento social, Estado e sociedade.

[1] Psicóloga pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com bolsa PROSUC/CAPES modalidade II. email munypsi@gmail.com.
[2] Especialista em Prática Jurídica pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com bolsa PROSUC/CAPES modalidade II. email samuelfurlanetto@hotmail.com
[3] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). email: thayarahp@gmail.com.

**Palavras-chave:** direitos humanos; interseccionalidade; marcha de 2015; mulheres negras; políticas públicas.

***ABSTRACT***

This article analyzes the evolution of Brazilian legislation and public policies aimed at Black women in the period following the Black Women's March of 2015, a historical milestone in the anti-racist and anti-sexist struggle. Based on an intersectional approach, it investigates the development of Brazilian laws and policies directed at Black women in the post-March period, with the aim of mapping key legislation and public policies created or modified between 2015 and 2025 that directly impact the lives of Black women in Brazil; assessing the influence of the 2015 March on the proposal and approval of these measures; identifying challenges in the implementation of laws based on socioeconomic data; and discussing the effectiveness of these policies in light of the concept of *"Bem Viver"* (Good Living). The methodology combines document analysis (bills, national plans) with quantitative data on health, violence, and political participation. Preliminary results point to: (1) the expansion of legal mechanisms to combat violence and address the comprehensive health of the Black population; (2) a gap between the approval of laws and their effective implementation, as evidenced by persistently high rates of violence against Black women; and (3) the role of the March as a catalyst for legislative agendas. It is concluded that, although the decade has seen institutional progress, it remains insufficient to ensure *"Bem Viver"*, demanding greater coordination among social movements, the State, and society.

**Keywords:** human rights; intersectionality; 2015 march; Black women; public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Reconhecer a necessidade de políticas públicas para mulheres no Brasil é reconhecer que as desigualdades sociais persistem. Quando se acrescente o recorte racial, percebe-se que tais desigualdades aumentam ainda mais.

Este estudo tem como tema o impacto das políticas públicas na vida das mulheres negras brasileiras entre 2015 e 2025, analisando como as demandas da Marcha das Mulheres Negras se traduziram (ou não) em ações concretas do Estado. A pesquisa delimita-se à análise crítica de três eixos prioritários: a discussão sobre interseccionalidade de gênero e raça, violência com o recorte de raça no Brasil, a Marcha das Mulheres Negras 2015 sob a ótica social e a análise crítica dos avanços e contradições nas Políticas Públicas para Mulheres Negras (2015-2025).

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a evolução das legislações e políticas públicas brasileiras voltadas às mulheres negras no período pós-Marcha das Mulheres Negras de 2015, identificando avanços, limitações e os impactos dessas normativas no combate às desigualdades interseccionais de gênero e raça, buscando-se, a partir do desenvolvimento do trabalho, alcançar os seguintes objetivos específicos: mapear as principais legislações e políticas públicas criadas ou modificadas entre 2015 e 2025 que impactam diretamente a vida das mulheres negras no Brasil; avaliar a influência da Marcha de 2015 na proposição e aprovação dessas normativas, com base em documentos do movimento, discursos parlamentares e cobertura midiática; identificar os desafios na implementação das leis, a partir de dados socioeconômicos e relatórios de organizações como Geledés (2016) e IPEA (2025); e discutir a efetividade das políticas à luz do conceito de "Bem Viver", considerando vozes de autoras negras como Vilma Reis ou Carla Akotirene.

Para guiar essa proposta investigativa, estabelece-se o seguinte problema de pesquisa: quais os avanços e desafios das políticas públicas para mulheres negras no Brasil pós Marcha das Mulheres Negras (2015) até 2025?

Parte-se da hipótese de que as legislações e políticas públicas brasileiras voltadas às mulheres negras ainda não são suficientes para o acesso destas a espaços, oportunidades, direitos e ascensão social, mantendo-as em um processo de exclusão, estigmatização, invisibilização e violências, sejam elas veladas ou físicas.

Embora existam pesquisas sobre políticas públicas para mulheres ou sobre racismo, poucos trabalhos analisam a interseccionalidade dessas opressões na implementação de leis pós-2015, especialmente com recorte temporal decenal. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender criticamente como a mobilização social impacta nas mudanças do Poder Legislativo e o motivo da intersecção de gênero e raça permanecer como fator determinante para a manutenção das desigualdades estruturais no Brasil, mesmo após uma década de políticas públicas supostamente interseccionais.

Este estudo avança ao articular o conceito de 'Bem Viver' (Ribeiro, 2020) com avaliação de políticas, oferecendo um marco analítico inovador para medir a

social do tema. A pesquisa responde a demandas históricas do movimento negro, como o documento 'Por um Brasil Antiracista e Antissexista' (Geledés, 2016), que cobra transparência na aplicação de políticas.

Investigar essa década não é apenas acadêmico: é um ato político de visibilizar quem foi sistematicamente excluído das estatísticas e das decisões. Conhecer os limites das atuais políticas é o primeiro passo para exigir mudanças que não repitam as mesmas falhas estruturais.

Tal compreensão é urgente diante da persistente desigualdade de gênero e raça que atravessa a sociedade brasileira, impactando de maneira desproporcional as oportunidades, mantendo a mulher negra na base da pirâmide social.

A abordagem metodológica adotada neste estudo ancora-se no método dedutivo, articulado ao procedimento monográfico. A construção do referencial teórico fundamenta-se em duas técnicas principais: a pesquisa documental e a bibliográfica. A primeira concentra-se nas legislações e normativas criadas entre 2015 e 2025, bem como os dados do IPEA (2025) e Mapa Nacional da Violência de Gênero (2023), entre outros, que trazem informações essenciais que demonstram as desigualdades raciais e de gênero. Já a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio da revisão de literatura existente sobre o tema, abrangendo livros, dissertações, teses e artigos científicos que discutem criticamente a interseccionalidade de gênero e raça, o feminismo negro e o racismo. A coleta desse material foi realizada por meio de buscas em plataformas como o Banco de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico e bibliotecas virtuais especializadas.

Para analisar essa trajetória, o artigo estrutura-se em quatro eixos teóricos: (a) Discutindo a interseccionalidade de gênero e raça, onde revisa-se conceitos-chave para desnaturalizar as opressões cruzadas, a chamada interseccionalidade; (b) A cor da violência no Brasil, com dados que expõem o racismo estrutural nos índices de feminicídio e acesso à justiça; (c) A Marcha das Mulheres Negras 2015 sob a ótica social, explorando seu legado como catalisadora de demandas e análise crítica dos avanços e contradições nas Políticas Públicas (2015-2025), onde confronta-se leis e resultados concretos. Essa divisão permite

não apenas mapear o percurso histórico, mas identificar os nós críticos que ainda impedem a efetivação do 'Bem Viver' proposto pelo movimento negro.

## 2 DISCUTINDO INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA

No Brasil, interseccionalidade surge da sensibilidade analítica de feministas negras que não se sentem representadas pelo feminismo branco e pelo movimento antirracista cujo foco está voltado ao homem negro. Visa instrumentalizar, teórica e metodologicamente, a inseparabilidade estrutural do racismo em uma sociedade contemporânea que ainda carrega fortes marcas do colonialismo em seu processo histórico.

Em seu artigo, Gênero e Colonialidade, Lugones (2008) traz a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade onde demonstra a preocupante indiferença dos homens em relação às diversas violências sofridas por mulheres. Conforme Lugones (2008), tal indiferença faz com as mulheres não brancas (pretas, pardas, indígenas, entre outras), que sofrem múltiplas opressões e dominação racial criem suas análises críticas sobre o feminismo hegemônico.

Logo, interseccionalidade é um conceito que interliga um apanhado de opressões, muitas vezes invisível ou disfarçado. Enquanto categoria analítica, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe estão inter-relacionadas, unificadas e moldadas entre si. Para Collins (2020),

> As relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins, 2020, p. 17).

Carla Akotirene (2022) marcou sua contribuição utilizando interseccionalidade enquanto uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes destas categorias. A autora trata o termo como “uma ferramenta metodológica disputada na encruzilhada acadêmica”. Para ela, enquanto ferramenta metodológica serve para enxergar na colisão das estruturas do racismo,

do cisheteropatriarcado e do capitalismo, a interação concomitante das avenidas identitárias.

Como relata Akotirene (2022),

> a interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade (Akotirene, 2022, p. 30).

A interseccionalidade representa um sistema de marcadores sociais que operam de forma imbricada, criando estruturas complexas de dominação onde diferentes eixos de opressão se articulam e se potencializam mutuamente. Essa abordagem permite compreender como fatores como gênero, raça, classe, território e geração se interconectam de maneira indissociável na produção das desigualdades sociais.

No âmbito dos estudos feministas, a perspectiva interseccional oferece um instrumental analítico fundamental para examinar como diferentes identidades sociais e sistemas de poder se sobrepõem, gerando formas específicas de discriminação e marginalização (Sardenberg, 2015). Embora o termo tenha sido cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991) para analisar as particularidades da violência contra mulheres negras, sua aplicação teórica foi amplamente desenvolvida por pensadores como Angela Davis (2016), Audre Lorde (1984), Patricia Hill Collins (2020) e bell hooks (2015), que demonstraram como as opressões de raça e gênero se entrelaçam na produção das desigualdades sociais.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (1984) foi pioneira ao analisar essa dinâmica, destacando especificamente como as mulheres negras vivenciam a convergência entre racismo, sexismo e exploração de classe.

Ainda que muito bem utilizada por feministas negras, o termo interseccionalidade tem perdido a essência por ser utilizado constantemente pela branquitude acadêmica, perdendo assim seu paradigma afrocêntrico.

Assim como o feminismo branco fracassa na tentativa de socorrer as vítimas negras, tendo em vista a forma como empregam o racismo nas suas análises e propostas, igualmente, o movimento negro falha pelo seu caráter

machista, quando apresenta ferramentas metodológicas pensadas para socorrer exclusivamente o homem negro.

Como aponta Lorde (1984), essa abordagem não se limita à análise da violência, mas engloba também as lutas pelo reconhecimento das diferenças entre mulheres - sejam elas brancas ou negras, heterossexuais ou lésbicas. bell hooks (2015), por sua vez, critica as vertentes feministas que negligenciam as experiências das mulheres trabalhadoras e racializadas, revelando como o próprio movimento feminista reproduziu hierarquias sociais. Nessa mesma linha, Danièle Kergoat (2010) questiona a tendência de hierarquizar as categorias de análise, argumentando que a compreensão das relações sociais exige perceber suas interconexões sem estabelecer competição entre diferentes formas de opressão.

## 3 A COR DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

No Brasil, para discutir gênero e raça é necessário uma reflexão sobre a história de um país marcado por mais de trezentos anos de escravização de um povo. História essa que se perpetua pelas desigualdades das categorias acima citadas, haja vista o legado colonialista e patriarcal em que o Estado brasileiro ainda vive.

Segundo pesquisa intitulada Percepções sobre o racismo no Brasil, realizada pelo IPEC em 2023, 81% dos brasileiros admitem que o Brasil é um país racista. no entanto apenas 11% admitem ter atitudes racistas. Isso porque existe uma falácia, muito bem arquitetada por pensadores que utilizam o “Mito da Democracia Racial” para deslegitimar que as desigualdades entre negros e brancos está atrelada há séculos de escravização do povo negro aliada a falsa liberdade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, diz que todos são iguais perante a Lei, conforme segue: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (Brasil, 1988). No entanto, índices demonstram que a população negra apresenta maiores vulnerabilidades sociais.

O racismo está relacionado à existência de diferentes raças, com diferentes culturas, doutrinas e crenças que são classificadas segundo uma visão pré-estabelecida de superioridade e inferioridade. Logo toda a cultura, doutrina, crença, modo de vida que se difere do padrão colonialista europeu, ou seja, do modelo eurocêntrico, terá maiores chances de ser marginalizado pela sociedade. Portanto desampara, segrega e discrimina indivíduos e seus grupos de pertencimento, nos níveis individual, institucional e cultural, perpetuando a ideologia de superioridade de um grupo sobre os demais.

Na sociedade contemporânea, o conceito de raça, embora não seja mais utilizado para justificar um sistema de opressão, ainda se aplica na análise das desigualdades e na oferta de oportunidades a indivíduos de grupos diferentes, funcionando como uma categoria que revela diversas formas de opressão em níveis institucionais. De igual forma, o papel social masculino e feminino ainda produz relação de poder. Nessa relação, o masculino é privilegiado e na maioria das vezes o gênero feminino não é tratado como sujeito de direitos, mas sim com submissão ao masculino. A desigualdade de gênero reflete na forma como determinados gêneros são atingidos por diversos tipos de violência, gerando relações desiguais e uma cultura machista de superioridade masculina.

Segundo Lélia Gonzalez (2020), o lugar que ocupamos será determinante para a compreensão sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para González (2020), o racismo caracteriza a neurose cultural brasileira e constitui-se como o sintoma que marca essa neurose. E sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos, sobretudo sobre a mulher negra.

A Declaração e Programa de Ação de Durban, resultado da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, que ocorreu em 2001, Durban – África do Sul, reconhece que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerâncias correlatas manifestam-se de forma diferenciada para mulheres e meninas, podendo estar entre os fatores que levam à deterioração de suas condições de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos (ONU, 2001).

Com base nas reflexões até aqui explanadas, consideramos importante estreitarmos o discurso sobre as mulheres negras, levando em consideração que esta é a categoria mais prejudicada no que se refere à violação de direitos. Angela Davis, na conferência intitulada “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, realizada no Estado da Bahia em 2017, como parte da programação “Julho das Pretas” (parceria entre UFBA, Instituto Odara, Coletivo Angela Davis, Núcleo de Estudos Interdisciplinar da Mulher (NEIM) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), utilizou uma frase que ecoa entre as feministas negras até os dias atuais. Com a frase “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, Davis reafirmou que ainda hoje as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social capitalista, e para modificar essa estrutura é imprescindível uma mudança dentro do capitalismo como um todo.

O Mapa Nacional da Violência de Gênero (2023), que reúne as bases do Senado Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Sistema Único de Saúde (SUS), traz dados relevantes no que se refere a violência contra as mulheres que comprovam a necessidade de políticas públicas para as mulheres negras. A seguir, apresentamos alguns dados com recorte de raça, salientando que utilizamos mulheres negras sendo a junção de mulheres pretas e pardas, conforme apresentado no Censo Demográfico (Brasil, 2023).

Das violências sofridas por mulheres, 30% declararam, no ano de 2023, já terem sofrido violência doméstica e familiar praticadas por marido/companheiro. Há de se considerar que existe subnotificação policial elevada. Em 2022, 4 mulheres vítimas de homicídio, no Brasil, tiveram agressão sexual por meio de força física registrada como causa básica da declaração de óbito sendo 3 pardas e 1 branca. Mortes por homicídio, 2.276 são mulheres negras enquanto 1.060 são mulheres brancas (dados do SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação). Das violências doméstica, sexual e/ou outras violências 112.162 mulheres são negras e 76.119 são mulheres brancas (Brasil, 2023).

Nos registros policiais, no que se refere a violência contra a mulher no ano de 2024, 182.129 mulheres foram vítimas dos crimes de feminicídio, homicídio,

ameaça e lesão corporal. Sofreram feminicídio 308 mulheres negras e 73 mulheres brancas. No que se refere a violência sexual, 1.492 são mulheres negras enquanto 664 mulheres são brancas (Brasil, 2023).

Além das desigualdades acima citadas, o Brasil enfrenta a desigualdade racial no mercado de trabalho, onde mulheres negras enfrentam maiores índices de desemprego. Quando comparadas aos homens não negros, os quais ocupam o topo da pirâmide social, a taxa de desemprego da mulher negra é maior que o dobro. Dados que excluem a mulher negra do mercado de trabalho formal levando-as exercerem atividades precarizadas como em serviços domésticos, de limpeza, serviços de alimentação, podendo inclusive trabalhar em condições análogas à escravidão conforme demonstra o Levantamento de dados do seguro-desemprego para pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão, de 2002 a 2024. O levantamento em comento mostra que 66% dos trabalhadores que recebam o benefício seguro de desemprego são negros, aumentando consideravelmente a taxa quando se refere a mulheres negras (Brasil, 2024).

## 4 A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 SOB A ÓTICA SOCIAL: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NEGRAS (2015-2025)

A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver ocorreu pela primeira vez no ano de 2015, articulada e organizada por mulheres negras brasileiras que estavam insatisfeitas com a posição social da mulher negra no Brasil. Resultado do esforço coletivo de mulheres de todo o Brasil e fora dele, durante três anos acreditaram na construção de um momento político que pudesse dar visibilidade para a luta destas mulheres, demonstrando não somente resistência, mas também denunciando as opressões e as angústias de milhões de mulheres negras brasileiras. Como afirma Ribeiro (2017, p. 34), “lugar de fala não é sobre quem pode falar, mas sobre quem é sistematicamente silenciado”. Nessa perspectiva, as demandas da Marcha das Mulheres Negras de 2015 emergem de

um lugar social específico: o das mulheres negras historicamente excluídas da construção de políticas públicas.

Em 2015 a Marcha das Mulheres Negras tinha como interesse não somente exigir reparação histórica por anos de escravização de um povo, que culminou nas desigualdades de raça, classe e gênero, mas também oferecer a Sociedade e ao Estado, a experiência para a construção coletiva de uma outra dinâmica de vida e de ação política capaz de superar o racismo e outras formas de discriminação.

Dentre as diversas exclusões sofridas pela população afro-brasileira, em especial as mulheres negras, a marcha de 2015 se deu pelo fim do racismo, da violência e do extermínio de jovens negros, pelo fim da mortalidade materna onde mulheres negras sofrem pelo não acesso, pela violência ou a omissão por parte dos profissionais de saúde, pelo direito à vida, à liberdade, à justiça e diversos direitos, mas sobre tudo pelo Bem Viver. Nilma Bentes, representante na coordenação da Associação das Mulheres Negras Brasileiras, fala do seu acolhimento da proposta do tema da Marcha 2015. Conforme Bentes em seu relato sobre a Marcha (Geledés, 2016),

> Mesmo se sabendo que o racismo por si só já é uma violência, o termo foi incorporado para ressaltar a impunidade na matança de negros, sobretudo da juventude, pela mão da polícia; pelo sistema de saúde (assassinatos de mulheres negras vêm sendo praticados principalmente quando grávidas e idosas); e, ainda, porque o feminicídio tem atingido mais as negras. Já o Bem Viver foi incorporado para sinalizar que acreditamos na necessidade de mudança do chamado "modelo de desenvolvimento", combatendo, portanto, a mercantilização-financeirização dos recursos naturais/bens comuns, o consumismo exacerbado, o lucro insano, o capitalismo neoliberal, enfim. (Geledés, 2016, p. 9).

Numa tentativa de estreitar os laços entre Estado e Sociedade, o Comitê Impulsor da Marcha fez um Pacto de consenso com as seguintes reivindicações, conforme disponibilizado na Carta das Mulheres Negras (Geledés, 2016):

> ● Direito à vida e a liberdade;
> ● Promoção da igualdade racial;
> ● Direito ao trabalho, ao emprego, e à proteção das trabalhadoras negras em todas as atividades;
> ● Direito à terra, território e moradia/direito à cidade;
> ● Justiça ambiental, defesa dos bens comuns e a não-mercantilização da vida;
> ● Direito à seguridade social (saúde, assistência social e previdência

social);

- Direito à educação;
- Direito à justiça;
- Direito à cultura, informação e à comunicação;
- Segurança pública.

Importante frisar que a produção intelectual sobre direitos das mulheres negras no Brasil, como aponta Ribeiro (2017), ainda é marcada por uma hierarquia epistemológica que privilegia vozes brancas e masculinas - daí a importância de centrar autoras negras para dar base e voz àquelas que vivenciam essa realidade.

Os Movimentos Sociais, em especial os Movimento Negro, pós Marcha em sua maioria nunca mais foram os mesmos. A Marcha das Mulheres Negras de 2015 foi um divisor de águas para diversas mulheres negras, incluindo crianças, adolescentes, jovens, mulheres adultas e as matriarcas ou anciãs (como são chamadas e reverenciadas as mulheres idosas na diáspora africana). Demarcando ainda mais a importância, mulheres conhecidas nacionalmente e outras anônimas, fizeram reflexões sobre o dia 18 de novembro de 2015. Maria Carolina Trevisan, jornalista e repórter, relatou que a manifestação pautou as demandas do movimento de mulheres negras para os próximos 20 anos e mostra que é preciso um novo pacto civilizatório (Geledés, 2016).

Para Sabrina Silmon, fotógrafa jamaicana, ver este movimento e prestar solidariedade é fundamental. “Eu vim com um grupo com mulheres que vieram da Jamaica, Kenia, Nova York... Cada pequeno esforço faz toda a diferença.” (Geledés, 2016).

As mulheres negras de religião de matriz africana também foram representadas e marcaram presença histórica na Marcha. Candomblecista do Quilombo Portão, no município baiano, dona Aideê Nascimento relatou em entrevista que aos poucos está conseguindo a fala e enfrentamento à intolerância de todo tipo. Segundo Nascimento (2015) inclusive nos terreiros e nas comunidades quilombolas, onde ainda não se consegue viver com dignidade (Geledés, 2016).

Na mesma linha, sentindo-se representada, Thiaia Ramos, indígena da tribo Pato do Hahahahi, também deixou registrado seu recado: “Estamos lutando por um só objetivo, porque somos um povo só e falamos a mesma língua. Sempre dizem que nós (indígenas) só comemos abóbora.”. Tal fala remete ao sentido de

pertencimento do movimento como um todo (Geledés, 2016).

Outros grupos sociais, não menos importantes dos que aqui foram citados, também deixaram registros sobre o significado da Marcha nos seus espaços. Podemos citar o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) de São Paulo, Rede das Parteiras Tradicionais do Estado do Amapá, Fórum Permanente de Mulheres Negras Cristã do Rio de Janeiro, entre outros. Mas dois relatos aqui ocupam relevante espaço de destaque porque representa quão violento e excludente é o país:

> Acompanhei olhos aflitos se tornarem olhos vibrantes, radiantes e satisfeitos. As donas Marias se mostraram tão fortes quanto gladiadores. À medida que marchavam, iam se empoderando, seus ombros ficavam eretos e a autoestima aumentava enquanto gritavam "eu posso, eu sou capaz". Aquelas que diariamente eram anuladas pela sociedade, vestiram suas armaduras e foram para a batalha contra o racismo, a intolerância religiosa e a discriminação. A luta foi por nossos descendentes, por nós e pelo bem viver de nossa raça. Estou orgulhosa pelas vitórias de todas que participaram dos bastidores. "Vida longa com saúde a todas" Axé!!! (Crica Galdino do Afoxé Ogunfunmilayi, 2015) (Geledés, 2016).

> Não somos uma qualquer. Estamos conseguindo o nosso espaço e marchando para dizer não aos projetos que tiram os direitos das mulheres; não à matança de jovens negros; não à violência contra as mulheres. Basta de intolerância! Não queremos retrocesso, mas queremos, sobretudo, defender o Estado Democrático de Direito. (Benedita da Silva, 2015) (Geledés, 2016).

O "Bem Viver", na perspectiva de Ribeiro (2017), não se reduz a acesso a direitos formais, mas exige o reconhecimento da agência política das mulheres negras como sujeitos de sua própria narrativa.

Após analisar os relatos mencionados, pode-se dizer que a Marcha das Mulheres Negras de 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver contribuiu, sem dúvidas, para "balançar as estruturas". E como bem diz Angela Davis, quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. A Marcha movimentou não somente as mulheres negras presentes em Brasília, mas também movimentou milhares de mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, povos de terreiro de todo o país que se sentiram representadas por aquelas que em Brasília estavam. Mas em termos práticos, quais foram as mudanças nos dez anos após a Marcha de 2015?

A Marcha das Mulheres Negras de 2015, reunindo 50 mil pessoas em

marcou a história ao denunciar o racismo e sexismo como estruturas entrelaçadas. Uma década depois, este artigo avalia como suas demandas se traduziram (ou não) em leis e políticas públicas.

Nos últimos anos, o Brasil consolidou importantes marcos legais e políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) estabelece medidas para garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos e o combate à discriminação. A Lei nº 14.532/2023 passou a tipificar como crime de racismo a injúria racial, fortalecendo o aparato jurídico contra práticas discriminatórias. O Decreto nº 11.443/2023 regulamentou o preenchimento de cargos em comissão e funções de confiança na administração pública federal por pessoas negras, enquanto o Decreto nº 11.996/2024 instituiu o Comitê Técnico Interministerial de Saúde da População Negra. Entre as normativas e orientações, destaca-se o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, que orienta magistrados a considerar marcadores raciais na análise de processos, e a criação, pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, do Comitê de Promoção da Equidade Racial, voltado a ações educativas e políticas afirmativas. No campo das ações afirmativas, destacam-se o Programa Aquilomba Brasil, que retoma a promoção dos direitos da população quilombola, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, o Plano Juventude Negra Viva e a criação de delegacias especializadas em crimes raciais, essenciais para garantir acolhimento respeitoso e seguro às vítimas de discriminação.

No período entre 2015 e 2025, também houve avanços significativos em diferentes áreas. No campo das políticas públicas e da legislação, a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) ganhou visibilidade e trouxe maior rigor penal, embora mulheres negras ainda representam 62% das vítimas, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Houve fortalecimento das políticas de enfrentamento ao racismo, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres Negras em 2016 (extinta em 2019 e reativada em 2023) e a inclusão do recorte racial no atendimento do Ligue 180, permitindo o registro de violências por raça.

No campo da visibilidade e representação política, o número de candidaturas negras cresceu, passando de 24% em 2014 para 34% em 2022 na disputa à Câmara dos Deputados, com vitórias simbólicas como as de Marielle Franco, eleita em 2016 e transformada em ícone da luta das mulheres negras, e Erika Hilton, primeira mulher trans negra eleita deputada federal em 2022. Ainda assim, apenas 4% das parlamentares brasileiras são mulheres negras.

Na produção de conhecimento, houve aumento no número de teses sobre mulheres negras no Brasil, de 2,7% no período 2010-2015 para 6,3% entre 2016-2022, além da publicação de dossiês especializados, como o *Dossiê Mulheres Negras e Violência* (Geledés, 2017).

No fortalecimento dos movimentos sociais e coletivos, organizações como o Odara Instituto (BA) e Criola (RJ) ampliaram ações, incluindo campanhas contra o feminicídio, e novas marchas estaduais inspiradas pela Marcha Nacional das Mulheres Negras de 2015 foram realizadas em São Paulo (2017 e 2019).

Quanto aos indicadores sociais, observou-se queda na mortalidade materna entre mulheres negras (de 67,8 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2015 para 59,3 em 2021, segundo o DATASUS), embora a taxa ainda seja o dobro da registrada entre mulheres brancas. O acesso ao ensino superior cresceu, passando de 7,5% em 2015 para 11,3% em 2022, segundo o IBGE. No entanto, persiste a evasão escolar motivada pelo trabalho doméstico, que atinge 26% das meninas negras entre 14 e 17 anos (PNAD 2019). Na mídia e cultura, houve ampliação da representatividade com produções como a série *Empoderadas* (TV Brasil, 2021) e o filme *Bacurau* (2019), além de maior cobertura internacional sobre a Marcha das Mulheres Negras, feita por veículos como BBC e *The Guardian*.

A demanda por orçamentos específicos para políticas direcionadas às mulheres negras foi uma das reivindicações centrais da Marcha de 2015, (Geledés, 2016). Contudo, uma década depois, os dados revelam um cenário de subfinanciamento crônico: Menos de 1% do orçamento federal destinado a políticas para mulheres em 2023 incluía recorte racial (TCU, 2024); A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres Negras operou em 2024 com apenas R$ 2,3 milhões – equivalente a 0,03% do orçamento do Ministério das Mulheres (Siga Brasil, 2024); Programas como "Enfrentamento ao Racismo" tiveram 88% de seus recursos não

executados entre 2020 e 2023, segundo relatório do Tribunal de Contas da União.

Essa realidade reflete o que Sueli Carneiro (2021) chama de "racismo fiscal": a alocação de verbas que perpetua desigualdades ao negar recursos para populações racializadas. Um exemplo emblemático é a discrepância entre:

A Lei 14.532/2023 (que criminaliza o racismo religioso), sem dotação orçamentária para implementação;

O aumento de 15% no orçamento de segurança pública no mesmo período, mesmo com dados comprovando que a polícia é a principal responsável por mortes de jovens negros (Atlas da Violência, 2025).

Como demonstram os casos de Marielle Franco e Luiz Rufino, a ausência de recursos direcionados inviabiliza políticas: O Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio Negro (2022) nunca saiu do papel por falta de verba; A Central de Denúncias de Racismo Religioso, criada em 2021, atendeu apenas 12% dos casos por limitação orçamentária. O Fundo Baobá financiou 147 projetos de mulheres negras entre 2015-2025 via doações privadas; A Campanha Por Nós, Por Elas (AMNB, 2020) pressionou prefeituras a vincular 30% do orçamento de gênero a ações para mulheres negras – aprovada em apenas 3 cidades.

Passada uma década da Marcha das Mulheres Negras de 2015, os avanços institucionais – como leis, políticas setoriais e maior representatividade – revelam-se insuficientes para alterar a estrutura racista e sexista que mantém as mulheres negras como o grupo mais vulnerável à violência e à exclusão social no Brasil. Os dados comprovam: mesmo com a criação de mecanismos como a Lei do Feminicídio e a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres Negras, a letalidade aumentou 15% entre 2015 e 2023, e as desigualdades econômicas e educacionais persistem.

A Marcha, no entanto, cumpriu seu papel histórico ao transformar o luto em luta, como lembra Angela Davis (2016), e ao exigir que o Estado reconhecesse as mulheres negras não como vítimas, mas como sujeitos políticos capazes de propor um novo projeto de nação. Seu legado é incontestável: gerou visibilidade, fortaleceu redes de solidariedade e provou que, sem a centralidade do racismo e da interseccionalidade nas políticas públicas, qualquer avanço será parcial. A próxima

década

exige o que as mulheres negras já apontaram em 2015: orçamentos específicos, participação direta na formulação de políticas e a radicalização da democracia. Afinal, como gritaram nas ruas de Brasília, 'Bem Viver não é privilégio, é direito.

## 5 CONCLUSÃO

A Marcha das Mulheres Negras de 2015 inaugurou uma nova era na luta antirracista e feminista no Brasil. Ao longo desta década, seu grito por "Bem Viver" ecoou em leis, políticas públicas e na reconstrução de imaginários sociais - mas os dados do Atlas da Violência (2025) escancaram o paradoxo brasileiro: nunca se criaram tantos mecanismos contra o racismo, enquanto os corpos negros seguem sendo os mais violados.

Além disso, ampliou a pressão por políticas públicas para as mulheres negras, gerou visibilidade midiática, fortaleceu as redes de apoio já existentes e instrumentalizou a criação de outras redes como ONGS e coletivos. Embora com uma repercussão positiva sobre o empoderamento feminino negro, indicadores sociais ainda apontam que a mulher negra no Brasil permanece com os maiores índices de vulnerabilidades quando comparada ao homem negro, a mulher branca e ao homem branco.

Se a década pós-2015 gerou instrumentos legais, estes se mostraram insuficientes para alterar a realidade da mulher negra. A disparidade entre a criação de leis e sua efetividade permanece gritante, incapazes de reverter a violência estrutural, evidenciando que políticas universais fracassam quando ignoram a interseccionalidade. As políticas públicas pós-2015, ainda que avançassem em reconhecer desigualdades (como a Lei do Feminicídio), frequentemente falharam em incorporar o ‘lugar de fala’ das mulheres negras em sua formulação, o que, segundo Ribeiro (2017), as torna incapazes de responder às necessidades reais desse grupo.

Da análise dos dados se conclui que a realidade da mulher negra no Brasil permanece com marcas de um país escravocrata, colonial, patriarcal, misógino e racista. Fatos que justificam a mulher negra não ter ascendido socialmente na mesma proporção de mulheres brancas. Não se trata de negar as

Leis e políticas de reparação que tivemos nos últimos dez anos, mas estamos longe do ideal para uma reparação histórica que garanta direitos da mulher negra, como preconiza a própria Constituição Federal.

Violências sofridas por mulheres trans, lésbicas, mulheres indígenas, ribeirinhas, povos de terreiros, entre outras, também são demandas essenciais na luta das mulheres negras, mas são categorias para um próximo artigo. O essencial neste artigo é que se possa compreender que todos os motivos aqui mencionados, justificam a necessidade da 2ª Marcha das Mulheres Negras 2025: Por Reparação e Bem Viver, tema de 2025.

Continuamos em Marcha!

## REFERÊNCIAS


AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2022.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS (AMNB). **Relatório da Campanha "Por Nós, Por Elas": Balanço 2020-2025.** Salvador: AMNB, 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. **Mapa Nacional da Violência de Gênero.** Brasília: Senado Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Sistema Único de Saúde (SUS), 2023. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/inicio. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro.** Brasília: MTE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria **Nacional de Políticas para Mulheres. Prestação de Contas Anual - 2024**. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2024. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **TCU identifica subexecução crônica**

**em políticas para mulheres negras.** Brasília, DF: TCU, 25 mar. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Biotempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Mapping the margins: intersectionality, identity, politics and violence Against women of color.** *Stanford Law Review*, vol. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: https://blogs.law.columbia.edu/critique1313/files/2020/02/1229039.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

FUNDO BAOBÁ. **Relatório de Impacto: Editais para Mulheres Negras (2015-2025).** São Paulo: Fundo Baobá, 2025. Disponível em: https://www.fundobaoba.org.br. Acesso em: 16 ago. 2025.

GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. **Marcha das Mulheres Negras 2015: por um Brasil antiracista e antissexista.** São Paulo: Geledés, 2016. E-book. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 ago. 2025.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2025.** Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/15cca7c1-2a6d-4b43-98eb-7bf4f53744a9/content. Acesso em: 12 ago. 2025.

IPEC. **Percepções sobre preconceito e discriminação no Brasil:** uma análise dos últimos 10 anos. Rio de Janeiro: IPEC, 2023. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2023/07/racismo-no-brasil-ipec-27-jul-2023.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFsF85kk/?lang=pt. Acesso em: 12 ago. 2025.

LIMA, Fernanda da Silva. **Os direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes negros à luz da proteção integral: limites e perspectivas das políticas públicas para a garantia de igualdade racial no Brasil.** 2015. 337 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Original de 1984).

LUGONES, María. Género y descolonialidad. In: MIGNOLO, Walter (comp.). **Género y descolonialidad.** 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2008. (El pensamiento crítico y opción descolonial). ISBN 978-987-1074-58-7.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração e Programa de Ação de Durban: III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.** Durban: ONU, 2001.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** 1. ed. São Paulo: Pólen, 2017.

SARDENBERG, **Cecília M. B. Caleidoscópio de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais.** *Revista Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28014/1/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20G%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

SIGA BRASIL. **Execução Orçamentária: Programa Enfrentamento ao Racismo (2020-2023).** Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil. Acesso em: 16 ago. 2025.